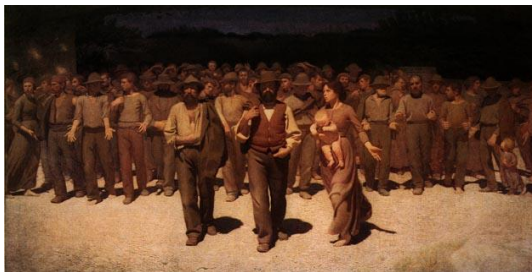


## QUESTÃO SOCIAL E CONSERVADORISMO<sup>1</sup>

Karla Fernanda Valle



**RESUMO:** Este texto consiste na análise da exponenciação da questão social a partir dos impactos da chamada crise do capital e de seu enfrentamento mediante a assistencialização das políticas sociais brasileiras, conferindo uma centralidade nunca havida à Política de Assistência Social. No que concerne à prática profissional do assistente social, o principal rebatimento reside na revitalização do projeto conservador no interior da profissão, notadamente após a assunção do governo petista. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico, hemerográfico e documental da política de assistência social e, em particular sua expressão no município do Rio de Janeiro, no período de 2003/2008.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de Assistência Social; prática profissional; governo Lula da Silva.

**ABSTRACT:** This text is the analysis of the exponentiation of the social issues from the impacts of the so-called crisis of capital and its confrontation through of the "assistencialização" of Brazilian social policies, giving a centrality never registered for the Social Assistance Policy. Regarding to professional practice of social worker, the main lies in revitalizing the conservative project within the profession, especially after the rise of the PT government. The methodology used was literature survey, and documentary hemerographic of social welfare policy and in particular its expression in the municipality of Rio de Janeiro during the period 2003/2008.

**KEY WORDS:** Social Protection; Social Services; Social Work; ethical-political project.

### I

O capitalismo contemporâneo apresenta-se sob a égide da financeirização do capital, manifestando-se fenomenicamente numa relação auto-geradora (dinheiro que cria dinheiro), expressa por meio da fetichização do capital.

Após a crise de 1929 (quando os EUA surgem como potência mundial) e o desenrolar das duas grandes Guerras Mundiais, inaugura-se uma modulação na forma de agir e pensar da burguesia quanto a sua confiança inveterada nos automatismos do mercado (BEHRING, 1998). As políticas sociais vão se multiplicando gradativamente e se generalizam no período de expansão pós-2ª Guerra Mundial. Trata-se de um processo permeado por propostas que visam a

---

<sup>1</sup> Este texto é uma síntese da Dissertação de Mestrado da autora, intitulada *Serviço Social e Conservadorismo: novas expressões de um rompimento inconcluso*, defendida na ESS/UFRJ, em fevereiro de 2010.

saída da crise que, posteriormente, combinaram-se às mudanças eminentes do modo de produção, as quais foram absorvidas pelo liberalismo heterodoxo de Keynes, como também pelo pacto fordista.

Assim, as políticas sociais como estratégias de cunho global anticrise, se articulam e (re)configuram no que diz respeito aos moldes produtivos e de gerência das políticas estatais. A partir da segunda metade da década de 40, o mundo depara-se com o chamado capitalismo tardio, o qual: “tratava de estabelecer uma aliança global entre todos os principais poderes capitalistas para evitar a sobreacumulação que havia castigado a década de 30” (HARVEY, 2005, p.112).

Esta nova realidade se deu sob a tensão da Guerra Fria, articulada à corrida armamentista. Ou seja, este período de avanço imperialista continha significativas contradições, posto que o mesmo se dava paralelamente ao poderio soviético, a mobilização anticolonialista e a então força do movimento operário e sindical. Todavia, tais fatores não impediram a acumulação dos superlucros, tendo em vista a nova forma de organização do trabalho industrial e de intervenção do Estado nos investimentos e processos de reprodução da força de trabalho (NETTO & BRAZ, 2007).

No pós-45, há uma significativa política de expansão monetária e do crédito, sendo esta a principal característica de uma longa onda de expansão no que diz respeito ao funcionamento da economia internacional. Tal fator determinou, também, a emergência de processos inflacionários que, ao generalizarem-se em todas as nações, implicaram na obrigatoriedade da aplicação de medidas antiinflacionárias simultâneas, ainda que somente pela pressão da concorrência dos demais Estados capitalistas (MOTA, 2008).

O período de 1945 a 1970, no que tange à dimensão ideológica, materializa o que Harvey (*Op. cit.*) chama de segunda etapa do regime político da burguesia, funcionando sob a égide do domínio global estadunidense, o qual promoveu uma época de notável crescimento econômico nos países capitalistas avançados. Com relação aos aspectos econômico-sociais, Netto & Braz (*Op. cit.*), nos trazem três traços característicos do regime imperialista no período: a criação do crédito ao consumidor; a existência de uma inflação permanente; e uma singular hipertrofia do setor terciário, isto é, uma prevalência de trabalho de caráter improdutivo, assim como uma generalizada mercantilização das relações sociais.

Portanto, frente a uma sociedade voltada para os superlucros dos monopólios, o Estado acirra seus procedimentos, o que implicou no reconhecimento dos direitos sociais frente a uma classe operária organizada e articulada, permeada pela ameaça “socialista/comunista”. Mota (2008) corrobora tal assertiva ao explicitar que é justamente a partir do pós-guerra que nos países ditos centrais e desenvolvidos, os sistemas de proteção social materializam-se na principal forma de intervenção social do Estado sobre a questão social, até serem consolidadas as características da organização social compreendidas no Welfare State. Este sistema, de acordo com Behring & Boschetti (2006), representa a superação da ótica meramente securitária, de pulverizadas e desarticuladas políticas sociais, mediante a adoção de um paradigma ampliado de seguridade social, referenciado no Plano

Beveridge, que resultou em mudanças significativas no que diz respeito aos seguros sociais existentes.

Entre meados das décadas de 60 e 70, tornou-se nítida a dificuldade do fordismo-keynesianismo em conter as contradições do modo de produção, trazendo à tona uma nova “onda longa expansiva”, tendo em vista um Estado que respondia às demandas das classes mais organizadas e periferizava as demais. Torna-se imperativo atrelar essa assertiva àquilo que Mandel (1990, p.10) indica como uma “dessincronização do ciclo industrial no período de 1948/1968 [que] tinha reduzido a amplitude das recessões.” Este processo foi desconfigurado logo na primeira metade da década de 70, num movimento contrário que “amplificou o movimento de retração da atividade econômica” (*Id.*, *op. cit.* p.11). Esta sincronização, por sua vez, é resultante de densas transformações econômicas que se forjaram durante o longo período de expansão que antecedeu a crise, consubstanciando-se em uma consequência contra a qual se lutava em vão. Isto porque muitas das técnicas anticrise são fundamentalmente inflacionárias. Ou ainda: a utilização do crédito como arma contra a amplitude das crises (outra técnica usual) redundou em ciclos de crédito autônomos aos ciclos industriais.

A lógica de seguros sociais que vinha amortecendo a realidade socioeconômica monopolista – principalmente através do seguro-desemprego, que inviabilizava uma queda de consumo muito brusca – não foi capaz de, por si só, garantir um efeito anticíclico à mesma. Sobre isto, Behring (1998, p. 169) alerta: “O custo da estratégia keynesiana foi o ‘mar de dívidas’ (públicas e privadas), a crise fiscal (...) e a inflação permanente (...), aprofundando-se as contradições fundantes do capitalismo”.

## II

Na primeira metade da década de 70, o Estado burguês vivenciou uma significativa deflação, que criou uma profunda crise fiscal de legitimação estatal, estendendo-se a outras dimensões, dentre elas, a sociopolítica. Permeando tal atmosfera de inflexões nas relações sociais capitalistas, Mandel (1990) ainda expõe a dimensão fenomênica que a crise adquire, mediante a uma simultânea mistificação de todo este processo, que culpabiliza o aumento do preço do petróleo<sup>2</sup> e das rendas suplementares obtidas pela crise experimentada. Em verdade, esta alta de preço é mais um fator a ser conjugado na dinâmica depressiva, que amplifica a crise, a qual já estava posta em curso, tendo em vista que o percurso da mesma começa com uma recessão parcial em 1970/72, que se prolongou em um *boom* especulativo em 1972/73. Tal argumentação pode ser complementada pela ineficiência das medidas

---

<sup>2</sup> “A incidência real da alta do preço do petróleo sobre a conjuntura foi dupla: de um lado acentuando a tendência inflacionária geral (...) por outro lado, pesando sobre a taxa média de lucros do capital industrial, acentuou seu movimento de baixa (...). Ora, esses dois movimentos precedem a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP no momento da Guerra do *Yom Kippur*. Esta alta do preço do petróleo não é, portanto, nem a causa, nem mesmo o detonador imediato da recessão. É no máximo um fator adicional que amplifica a gravidade da crise” (MANDEL, 1990, p.38).

anticíclicas no que diz respeito ao potencial de eficácia das mesmas frente ao processo de internacionalização do capital. Logo, os choques do petróleo vieram como fatores adicionais à seriedade da crise, retirando a sociedade capitalista da estagnação e assinalando as décadas de 70 e 80 como conturbados períodos de reestruturação econômica e reajustamento social e político (HARVEY, 1996).

Desta maneira, o Welfare State dava lugar a era da reestruturação produtiva, flexibilização trabalhista e ideologia neoliberal; momento potencializado pela desarticulação do movimento dos trabalhadores, tendo em vista uma classe operária cooptada por um Estado regulador. Harvey (2005) enfatiza que o endividamento crônico do Estado atuou como um caldo nutritivo às diferenciadas faces da atividade especulativa, autoimplicando numa esfera estatal superexposta aos revêrberos da lógica financeira. Deste ponto de vista, clarifica-se um Estado cooptado pelo capital financeiro e uma classe operária descarrilada no que diz respeito ao potencial combativo e reivindicatório, quase plácida aos ditames deste mesmo agente alienador.

Trata-se de uma conjuntura na qual a reestruturação produtiva<sup>3</sup> autoimplicou em recessão, desemprego e redução das receitas dos Estados; articulados ao desenvolvimento da robótica e a microeletrônica. Nesta época, o capitalismo organizou-se por meio da dispersão e da mobilidade geográfica que, somadas às respostas flexíveis do mercado de trabalho, dão um novo tom à economia mundial que, de acordo com Harvey (1996), foi coroada por um potencializado neoconservadorismo.

As lutas de classe começam a concentrar-se ao redor das questões inerentes aos ajustes estruturais preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), assim como contra as atividades do capital financeiro e a perda de direitos gerada pelas privatizações e demais reformas. Neste ínterim, põe-se à sociedade capitalista aquilo que o autor supra designa como “*acumulação por espoliação*”<sup>4</sup>, uma característica central do capital globalizado.

Diante do quadro socioeconômico explicitado, difunde-se o ideário neoliberal, o qual defende a redefinição da intervenção estatal na economia com vistas a garantir o livre movimento dos capitais e a acumulação. Portanto, a anterior relação entre Estado e políticas sociais ganha novo enfoque, sendo vista como perniciosa ao desenvolvimento econômico por “aumentar[em] o consumo e diminui[rem] a poupança da população” (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p.126).

Neste contexto é propagada a existência “natural e salutar” das taxas de desemprego, assim como a falácia da estabilidade monetária como meta suprema.

---

<sup>3</sup> “A palavra de ordem da reestruturação produtiva – flexibilização – que remete Harvey (1993) a caracterizar o período como *acumulação flexível*, diz respeito a alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes (...)” (BEHRING, 2003, p.40).

<sup>4</sup> “O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusem a desmantelar suas proteções” (HARVEY, 2005, p.147).

Porém, ao contrário do que se propunha, o neoliberalismo não foi capaz de modificar os índices de recessão e de baixo crescimento econômico. Apenas rendeu o crescimento do lucro líquido dos empresários e a queda das taxas da inflação, à custa de elevados níveis de desemprego da classe trabalhadora e a redução brusca dos salários (BEHRING & BOSCHETTI, 2006).

Em governos que se reaproximam dos modelos mais restritos de Seguro Social são retroalimentados direcionamentos políticos que redundam na refilantropização e no processo de assistencialização das políticas sociais, assim como na criminalização e moralização da pobreza.

Na linha da reconfiguração das políticas sociais, Behring & Boschetti (*Op. cit.*) sinalizam uma generalização massiva dos programas de transferência de renda que, para Gonçalves & Filgueiras (2007), refletem a perigosa lógica na qual políticas econômicas ortodoxas e políticas focalizadas de combate à pobreza sempre acompanham a redução das (já limitadas) políticas universais. Isto porque, as primeiras, ao apoiarem-se num conceito de pobreza substancialmente restrito, indicam um número inverossímil de pobres e taxas ínfimas que dizem respeito às suas necessidades (“mínimos sociais”) imprescindíveis a sua reprodução. Com isto, reduz-se – com o desvio das verbas destinadas à proteção social, aos montantes de pagamento de dívidas públicas, por exemplo – os gastos com fins sociais. Isto, para os últimos autores citados, implica na concepção da pobreza em uma esfera mercantilizada que transforma o cidadão, portador de direitos e deveres, em um *consumidor tutelado*, através da transferência de renda.

Nesta mesma direção, Harvey (2005) analisa o caráter maximizado que a acumulação por espoliação adquire nas periferias capitalistas, designando tais regiões (onde é mister o desenvolvimento desigual e combinado) como receptoras das feições mais viciosas e desumanas do capital. O resultado de todas estas metamorfoses societárias refrata-se diretamente sobre a esfera da razão, que passa a ser limitada pela dimensão formal-abstrata.

Trata-se, ainda, de um momento de uma massificação relativista, a qual favoreceu a desarticulação direta do movimento operário, tendo em vista a acentuada individualização e a competição que descaracterizam e problematizam a ação coletiva. Este processo, ao mascarar a luta de classes, consubstancia um refluxo por busca de identidades, sejam estas de gênero, etnia, religião; consubstanciando estágios de desarticulação e auto-estranhamento da classe operária, que passa a analisar as problemáticas de sua situação a partir de microviéses que, apesar de importantes, na sociabilidade do capital, são menos determinantes que a categoria “classe”.

Todo este processo refrata-se nos sistemas de proteção social e, no que tange aos países de capitalismo tardio, implica na naturalização dos problemas sociais, tidos como traços característicos dos países subdesenvolvidos. Consiste, pois, de mudanças na forma de gestão e organização, meios de financiamento e também, tipos de benefícios e beneficiários.

Ao focar os impactos atuais destas modulações no Brasil, desvela-se a vinculação entre a complementaridade das estratégias de privatização e focalização

das políticas sociais. Estratégias estas que, por sua vez, encontram-se embutidas numa reversão da tendência universalizante da proteção social brasileira, seguida de uma singular despolitização da mesma.

Com o argumento de que os mais necessitados não são alcançados pelas políticas sociais, os programas assistenciais focalizados passam (a partir da potencialização da hegemonia do ideário neoliberal) a aglutinar um peso político e financeiro sem precedentes o que evidencia um processo de assistencialização da proteção social. Trata-se, portanto, de um autoimplicado sistema de privatização dos serviços sociais considerados rentáveis e da dispersão dos demais à esfera estatal, associados a um estímulo à informalidade do mercado de trabalho. Isto porque os organismos multilaterais interpretam as estratégias de enfrentamento da questão social como campo de promoção social. Pode-se, então, falar de um “processo de privatização em sincronia com a assistencialização da seguridade social” (MOTA, 2008, p.192).

Objetivando analisar o processo de assistencialização das políticas sociais brasileiras como uma das formas encontradas pelo capitalismo na atualidade para fazer frente à questão social e suas expressões contemporâneas, bem como as implicações deste processo na prática profissional do assistente social, este texto discorre sobre os impactos da chamada crise do capital sobre a política de assistência social brasileira após a assunção do governo petista, utilizando o Rio de Janeiro como exemplo.

### III

Discorrer sobre o Brasil da atualidade implica na capacidade de elaborar mediações entre o “novo e o velho”, “o original e o provocado”, a fim de não paralisar diante de uma análise superficial. Assim, faz-se necessário identificar as particularidades de uma formação nacional que se modernizou econômica e socialmente a partir da chamada *via prussiana*. Portanto, nossa história é marcada pela conciliação de interesses entre os diversos setores dominantes, que se expressam em reformas políticas postas “pelo alto”. (COUTINHO, 1979)

Acresce-se a este legado um capitalismo de tipo específico, com extração colonial e escravismo, que visava o mercado externo e grandes lucros (MAZZEO, 1995). Tal aspecto marca a forma de construção da sociabilidade brasileira: “uma sociedade conservadora e rígida, cuja classe dominante, pela própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial” (*Ibid.*, p.13). Uma sociedade que se modernizou através do atraso, na qual tudo o que não possui um viés imobilista, necessariamente ganha uma dimensão ativa e transformadora, de maneira que, em dados momentos, direcionamentos sócio-políticos e econômicos de cunho conservador, travestem-se de um caráter de “avanço e modernização”. Assim, formata-se uma sociabilidade na qual o hiato entre esfera pública e particular mostra-se quase nulo, mistificando atos corruptos e clientelistas em “benefícios”, “jeitinhos à brasileira”.

Segundo Fernandes (1976), este capitalismo à brasileira é arraigado a uma condição estrutural permanente, a qual garantiu que no desenrolar do capitalismo no país, nunca chegasse a ocorrer a ruptura com a associação dependente frente ao exterior; a desagregação completa do velho regime e suas expressões/marcas; e, por fim, a superação do subdesenvolvimento, inerente à “satelitização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza” (*Ibid.*, p. 223).

Exemplo palmar é o golpe de 1964 que, para Prado Júnior (1977) se põe como um prolongamento do passado, tendo em vista que através dele se impuseram os setores mais retrógrados desta sociedade, com o agravante da generalizada violência, principalmente contra aqueles que pudessem demonstrar qualquer espectro de renovação.

Nesta sociedade, até a Constituição de 1988, uma das características básicas da política social brasileira é o acesso restrito às políticas públicas de proteção social, as quais focavam, basicamente, aqueles que se encontravam inseridos formalmente no mercado de trabalho. Neste sentido, Boschetti *et al.* (2008) explicitam que para aqueles que estavam no extremo oposto do mercado formal de trabalho (precarizados, terceirizados, informais...), direcionava-se a *assistência social*, com um cariz de *benesse*, através de programáticas pontuais, confusas, permeadas pelo mais puro assistencialismo paternalista. Neste sentido, visando debater a conformação das políticas sociais brasileiras hoje e, mais especificamente, a política pública de assistência social, será realizado um giro argumentativo cujo gancho analítico será o Partido dos Trabalhadores (PT).

#### IV

A trajetória que culminou na chegada do PT ao poder, em 2003, iniciou-se de forma convergente com o chamado “novo sindicalismo”, a retomada dos movimentos sociais classistas, a ocorrência de um sem-número de greves (fruto, em boa parte, daquele novo sindicalismo) e a emersão de novos partidos políticos (cujo auge foi o Movimento pelas “Diretas Já”).

A Constituição Federal de 1988 forja-se em meio a este processo, com o registro de um conjunto integrado de ações a partir da adoção do conceito de *Seguridade Social*, assentado sobre o tripé Saúde, Previdência e Assistência Social. Porém, para Behring & Boschetti (2006, p.142) trata-se de “uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares”. Ganhou a prevalência da moderação à brasileira, os acordos estabelecidos pelo chamado “centrão”.

Nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito, após o segundo turno com o candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva. Neste momento, ficou claro para a sociedade brasileira o singular grau de polarização em que se encontravam os veios da disputa política. Isto, tendo em vista o imaginário social que foi construído entre personalidades, e não projetos políticos.

Desta maneira, o Brasil vivencia a reunião das condições que potencializam o livre trânsito do capital internacional no país, com medidas liberalizantes em prol da política neoliberal que já era adotada em diversos países desenvolvidos. Para Mazzeo (1995), Collor possuía como meta geral a implementação de políticas que visavam amplas privatizações, além de reformas constitucionais que buscavam reduzir ao mínimo a legislação da seguridade social e de proteção social aos direitos trabalhistas, numa esfera política e ideológica de cunho neoliberal que defendia o “Estado Mínimo”.

Com relação à Seguridade Social, o governo Collor foi o marco da tendencial polarização do sistema de proteção social em vieses assistencialistas e de privatização dos serviços, tendo em vista a construção crescente, no espectro social, da ineficácia do setor público e eficiência do setor privado.

Levando a limitação histórica da seguridade social aos extremos, posta de maneira autoexcludente – previdência e assistência – o governo constrói argumentos que propõem a desvinculação das receitas do tripé da Seguridade e, nesse mesmo sentido, a luta organizada do movimento dos trabalhadores redimensiona-se à manutenção das conquistas obtidas. Assim, acirra-se a disputa entre os projetos societários liberal-corporativo e o de democracia de massas, num embate que envolveu e influenciou, para além de aspectos sociopolíticos muito mais amplos, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Tudo isto em meio a uma atmosfera mistificadora, que veicula uma desistoricizada (e desistoricizante) “cultura da crise” (MOTA, 2008) que atingiria *a todos da mesma forma*, fator este que materializa na solidariedade interclasses “a saída para a crise” propriamente dita.

Em 1994, com as novas eleições presidenciais, o PT e o PSDB competem novamente, e FHC ganha no primeiro turno, com a bandeira eleitoreira que abarcava: saúde, educação, emprego, segurança e agricultura. Porém, o grande sustentáculo do governo FHC foi o Plano de Estabilização Monetária (Plano Real), que controlou a inflação, garantindo o segundo mandato para Cardoso.

Os oito anos de governo FHC foram marcados por privatizações em massa e um claro direcionamento em prol da desregulamentação trabalhista e da flexibilização das relações de trabalho.

Neste âmbito, as políticas sociais culminaram num processo amplificado de fragmentação e focalização, retratado claramente pelo conjunto de ações emergenciais e compensatórias expressas em programas como o “Comunidade Solidária”, criado em 2005, pela então primeira dama, Ruth Cardoso. Para Francisco de Oliveira *apud* Raichellis (2005), este programa reproduz, *ponto por ponto* o direcionamento dado a esta parte integrante da seguridade social brasileira:

(...) assistencialista no pior sentido do termo, fisiológica, clientelista, fonte de corrupção política, e, sobretudo, o não-reconhecimento dos agentes da assistência social e do serviço social como sujeitos da política. Salta-se por cima das instituições, para realizar a assistência diretamente, numa das características que mais aproximam o neoliberalismo do autoritarismo.



Trata-se de silenciar a voz e o voto na deliberação política, o que reconduz ao “leito de Procusto” da privatização das carências de uma parcela significativa da sociedade brasileira, o que quer dizer uma regressão do estatuto dos direitos. (...) o projeto e a forma de atuação do Comunidade Solidária são a cara da privatização do Estado na área de assistência social (*Ibid.*, p.17).

Ao findar a Era FHC, Lula foi eleito. Reunindo os votos anti-FHC e as sobras dos escândalos veiculados no período eleitoral (como foi o caso de Roseana Sarney), sob o sustentáculo de uma eficiente campanha articulada pelo marqueteiro Duda Mendonça, Lula revestiu-se de uma capa de indefinição política, que ganhou fôlego diferenciado frente a um processo eleitoral desgastado, tendo em vista uma atmosfera de descrença política.

Duda Mendonça resolveu ressaltar em Lula o que era inespecífico, vale dizer, o ‘Lulinha Paz e Amor’, procedendo à operação de ‘despetizar’ o candidato. Ou, pegando carona em Musil, tratava-se de apregoar a qualidade de ‘um homem sem qualidades’. Tudo que ele havia declarado e representado antes já não havia valor, e a campanha deveria ser livre, para prometer o céu, a terra e os peixinhos do mar. Numa versão diferente, era como repetir FHC uma década antes: ‘esqueçam tudo o que fui’. (...) *Foi provavelmente uma campanha indeterminada para uma era de indeterminação.* (OLIVEIRA, 2006, p.27-28 – grifos nossos).

O resultado da campanha eleitoral de 2002, porém, teve um significado ímpar na história brasileira. Isto porque, ainda com todas as críticas referentes à indefinição de propostas e o mimetismo do candidato à presidência, trata-se de um representante de esquerda, ex-líder sindical, líder do PT. Com 62% dos votos contra seu oponente do PSDB (José Serra), a vitória de Lula representou a vontade dos trabalhadores e classe média, bem como referendou o histórico de um partido que (apesar do seu caráter sincrético ao fazer referência ao socialismo), sempre se constituiu como uma oposição forte aos mandos e desmandos dos objetivos estritamente capitalistas e neoliberais sobre a política brasileira. Representou a batalha de toda uma tradição progressista e democrática que há décadas vinha lutando pela manutenção das conquistas trabalhadoras e a ampliação das mesmas.

Lula assume o poder anunciando o que seria uma política emergencial – que acabou por se tornar a marca inicial de seu governo, o Programa Fome Zero. Em seguida, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>5</sup> e, um ano após a posse do então Presidente, já se tornava claro que tais políticas iriam bastar em si mesmas e que Lula não só manteve os direcionamentos político-econômicos da “Era FHC”,

---

<sup>5</sup> O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e visa a transferência direta de renda com condicionalidades. É voltado para a inclusão social das famílias em situação de pobreza e extremamente pobres no país. Este reuniu os programas remanescentes dos governos anteriores, que eram: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e cartão alimentação.

como também os aprofundou, seguindo rumos que nem o próprio Fernando Henrique pode levar à frente:

Logo, os adejos de Lula renderam ao país uma herança ainda mais perniciosa que aquela deixada por FHC, notadamente no que tange à fragilização dos movimentos sociais, devido a cooptação e ao avanço em níveis elevados do desemprego e suas ramificações, como o subemprego e a informalidade.

O carisma é da ordem do mito e este é o avesso da política. A transferência do PT para o interior do governo imediatamente provoca a paralisia dos movimentos sociais. Aqui, em termos gramscianos, o amplo ‘movimento’ da conquista do governo anula as ‘posições’ anteriores, pois o partido da oposição transforma-se no partido da ordem. A perplexidade dos adversários e dos aliados, e principalmente dos próprios petistas de esquerda, é total (OLIVEIRA, 2006, p.30).

Ê nestes termos que, para Oliveira (*Op. cit.*), o grande paradoxo do governo Lula é que ele chega ao poder no momento exato em que “sua classe” (supõe-se, a classe trabalhadora) se encontra desorganizada. Isto como reflexo da situação macroeconômica mundial de reestruturação produtiva e massificação da cultura individualista, da competição. Assim, materializa-se uma nova forma de sociabilidade, que no capitalismo periférico parece acentuar ainda mais a indiferença ao coletivo, como também, o residual interesse por entidades representativas. O resultado final disto seria a significativa difusão das políticas assistencialistas que o autor entende como políticas de funcionalização da pobreza, as quais, retornando ao ponto inicial, constituem-se como carro-chefe do governo Lula.

Desta forma, Lula, visando manter uma “gestão responsável” quanto aos compromissos neoliberais assumidos, caminha de maneira compensatória e despolitizante, com a efetivação de programas sociais focalizados no combate à pobreza, alvos de ações filantrópicas que, geralmente, em nome da “descentralização”, são delegadas para organismos do chamado “terceiro setor”.

Frente a este processo, clarifica-se uma vinculação entre políticas econômicas ortodoxas e políticas restritivas de combate à pobreza, que são medularmente vinculadas à rarefação das políticas universais que, mediante a Desvinculação de Receitas da União (DRU), garantem os elevados superávits fiscais primários, os quais, por sua vez, asseguram a redução das políticas mais caras: aquelas de cunho universal (GONÇALVES & FILGUEIRAS, 2007).

Tal fato tem implicado na transferência de responsabilidades, sob um apelo democrático, à população e, mais especificamente, ao terceiro setor. Portanto, por um lado, isto remete à *gestão* da questão social pela via das políticas sociais compensatórias. De outro, reatualiza a compreensão das refrações da contradição entre capital e trabalho como *caso de polícia*.

São destinados gastos ínfimos direcionados à área social como um todo, e principalmente às políticas sociais universais; porém, paradoxalmente, cresce o

montante destinado à Assistência Social em específico. Este crescimento no orçamento da Assistência seria profícuo, se não representasse uma distorção da política governamental, que faz com que as demais áreas fiquem subjugadas à assistência. Tal fato reflete a polarização já aqui citada, entre os *cidadãos-consumidores* – que vão sanar suas necessidades no mercado – e os demais, cidadãos de segunda categoria: usuários da assistência social.

Os investimentos massivos de Lula na área demonstram o (des)velado uso clientelístico de tal forma de implementação da assistência social, tendo em vista o seu efeito amortecedor de tensões e garantidor de votos.

## V

Para debater as expressões do movimento global da sociedade capitalista na atualidade, utilizaremos como exemplo a política pública de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Para tanto, inicialmente será traçado um breve histórico para, em seguida, debater o período referente a 2003/2008.

Nos anos 60 foi criada a *Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara*, momento em que o Rio de Janeiro deixava de ser a capital do país. O princípio básico utilizado pela administração pública foi *descentralizar os serviços*, com vistas ao *desenvolvimento social*, sob o ideário legado pelo governo Juscelino Kubitschek. A frente de trabalho que caracterizava este período delimitou-se pelo binômio: *desfavelização/renovação* sendo, portanto, as *favelas* o grande foco de ação, coerente com o momento vivenciado, embebido pela ideologia desenvolvimentista e configurado a partir da opção (desde já), por atuações de cunho emergencial e paliativas, em detrimento de políticas que caracterizassem os atendimentos como direitos. (ZUCCO, 1997)

Esta forma de ser da área da Assistência, no Rio, conjugava-se com o ideário, hoje ressignificado, de promoção social e capital humano. Neste ínterim, no *Departamento de Serviços Sociais*, os assistentes sociais ainda eram uma categoria bem compacta, num momento de tergiversação política, no qual se enfatizam as dimensões tecnocráticas e mascaram-se as determinações da luta de classes, impressas nas políticas sociais, destacando-se o legado de não-política da área da Assistência, à época.

Em 1975, desenvolve-se uma nova configuração dos serviços sócioassistenciais na cidade do Rio de Janeiro, provocada pela fusão do Estado do Rio e do Estado da Guanabara, abrindo as ações à influência direta do governo federal, condicionado pelo II Plano de Desenvolvimento Nacional. Neste caudal, Zucco (*Op. cit.*) analisa que a assistência ganha *status* diferenciado no discurso oficial, por meio da criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS); do Sistema Financeiro da Habitação (SFH); do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), dentre outros. Tudo isto reflete a disseminação do ideário da participação popular e promoção social (assim como o discurso de redistribuição de renda), que acompanha as decisões da Assistência, em

consonância com a propagação da ideologia estatal, que permeia um universo “penal-assistencial”.

Neste contexto, pela Lei 110, em 1979, foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), pelo prefeito Israel Klabin. Os seus objetivos iniciais eram: “reduzir os desequilíbrios sociais, promover estudos e pesquisas sobre o universo social da cidade do Rio de Janeiro que pretendiam definir prioridades para o bem-estar social da população” (ASFUNRIO, 2009).

A criação da SMDS mais uma vez define o foco de atuação e ações assistenciais o que, para Zucco (*Op. cit.*), expressa não uma setorialização/organização dos tipos de serviços, mas sim, o atendimento de um público delimitado, impresso num contexto sócio-econômico bem determinado; no caso, vale a pena ressaltar: a favela. Porém, este direcionamento político não ficou ileso às críticas. Esta Secretaria era identificada como a *mini prefeitura das favelas*. Mediante o ideário do governo municipal, propagado sob tal julgo, a fala do atual Secretário de Assistência Social é exemplar:

Em seu recente artigo, Fernando William pontuou a importância das iniciativas da SMDS. “Se por um lado, ao assumir o enfrentamento dessas demandas, a SMDS era considerada a ‘Prefeitura dos Pobres’, numa cidade já partida entre o asfalto e a favela, por outro lado contribuiu para que o poder municipal resgatasse parte da dívida do Estado para com as camadas populares mais empobrecidas e para seu reconhecimento como sujeitos de direitos” (ASFUNRIO, *Op. cit.*, p.5).

Logo, propaga-se um conjunto de ideias plasmado em uma Secretaria que se propunha ao desenvolvimento social, calcado no caldo cultural da ajuda, da solidariedade, realizados através de ações paliativas e emergenciais, que retomam uma ideia de rede social sustentada em teorias sistêmicas. Isto, ao considerarmos o caráter focalista das ações desenvolvidas. Ainda segundo Fernando William, na mesma entrevista:

Um dos trabalhos de maior destaque da secretaria aconteceu durante as décadas de 80 e 90, quando apoiou técnica e financeiramente creches comunitárias, respondendo à demanda de inúmeras mães das comunidades, que precisavam trabalhar e **proteger seus filhos**. Neste período, outro trabalho importante foi a implantação do projeto Mutirão, que **ajudou** na construção de casas e saneamento básico (*Ibid.*, *Op. cit.*, p.5 – grifos nossos).

Neste mesmo período, criou-se o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (Fundo Rio), que visava oferecer suporte, através da captação de recursos, à SMDS. Isto porque o orçamento destinado a mesma era oriundo da Secretaria Municipal de Turismo (SMT), a qual havia sido extinta. Destarte, a SMDS não contava com a aprovação de um orçamento próprio, fato este problematizado pelo percentual ínfimo que representava esta verba deixada pela SMT: 1 % do orçamento total da

prefeitura. Isto pode ser ainda mais problematizado ao considerarem-se as “pretensões” da SMDS, que giravam em torno da implantação de uma política de urbanização das favelas<sup>6</sup>, que mais uma vez, ressignificava o binômio “penal-assistencial”. Neste sentido, outra questão válida a ser abarcada, no que diz respeito ao foco das ações nos moradores das favelas – como foi expresso pela criação da própria Fundação Leão XIII – era a eminente “ameaça” do comunismo<sup>7</sup> propagar-se entre seus moradores, tendo em vista, por exemplo, a existência do Congresso de Representantes das Favelas<sup>8</sup> e da Coligação de Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro, surgida em 1957 (SOUSA, 2003).

No primeiro meado da década de 80, Marcelo Alencar assume a prefeitura do Rio de Janeiro, em um momento no qual os direcionamentos políticos (apesar do discurso democratizante) implicavam em uma utilização propagandista da gestão da assistência, através de obras de impacto político associadas ao uso clientelístico das demandas desta população em específico (ZUCCO, 1997). Ainda na primeira metade dos anos 80, a SMDS é reestruturada; contudo, sem que houvesse um acréscimo nas verbas a serem geridas. Nos dois anos subsequentes, a SMDS passou por uma nova reorganização, o que implicaria na supressão da Coordenação do Serviço Social Regional, a qual passou a compor a Superintendência do Serviço Social Regional, significando uma ampliação de suas frentes de ação, que foram subdivididas em programas específicos<sup>9</sup>.

No que tange à contratação de assistentes sociais, verifica-se o alargamento das bases de atuação profissional, via a adoção de ações assistenciais, num momento polêmico e ao mesmo tempo profícuo à profissão, que por influência da abertura democrática, dava um novo cariz à categoria profissional. Isto se torna mais evidente porque havia sido promulgado o Código de Ética de 1986, que rompia com o ideário de neutralidade profissional e delimitava claramente um compromisso de classe ao profissional de Serviço Social. Logo, é um momento no qual o ideário profissional irá de encontro às políticas implementadas, o que gerou impactos na correlação direta entre a profissão e a área, ou em seu oposto, na negação da atuação do assistente social junto à política de assistência, dado o maniqueísmo/fatalismo da mesma, excluindo suas potencialidades no que tange à luta de classes.

---

<sup>6</sup> De acordo com o IBGE/Censo 2000, o município do Rio de Janeiro conta hoje com 513 favelas, o que representa uma proporção de 18,8% da população carioca vivendo em favelas.

<sup>7</sup> “A permanente procura pelo possível fantasma comunista no meio das favelas cresceu à medida que a Revolução Cubana foi-se solidificando. Em 1959, a Revista Forense publicou um texto do advogado Waldir Meuren: ‘Na capital da república, centro político de maior relevância nacional, podem as favelas ser a causa direta de uma convulsão revolucionária de princípios conhecidos, mas de fins incalculáveis. Se o problema não for devidamente encarado pelas autoridades competentes, cedo não mais será possível evitar a eclosão das massas, à frente da multidão de favelados’” (SOUSA, 2003, p.5).

<sup>8</sup> “(...) em 24 de abril de 1959 ocorreu o Congresso dos favelados, na Favela do Esqueleto, quando se elaborou um conjunto de reivindicações, maior assistência ao favelado; multiplicação das organizações culturais nas favelas; policiamento ou meios para o realizar por conta própria, desapropriação dos terrenos de favelas para vender aos moradores ao longo prazo, taxa de meio por cento adicional de impostos de venda e consignações, para a recuperação das favelas” (SOUSA, 2003, p.5).

<sup>9</sup> Dentre eles, destacamos: Programa de Atendimento ao Menor; Programa de atendimento à população de rua (adultas); Programa de Plantão Comunitário. (ZUCCO, 1997).

Ao elucidarmos a execução da política de assistência social no município do Rio depreende-se que, apesar das inúmeras reorganizações político-administrativas, a atuação da SMDS manteve-se focada em ações cujo ponto de convergência era as favelas, fator este que, da maneira como foi conduzido, apenas servia à reafirmação de um viés clientelista de atuação. De acordo com Zucco (1997), um elevado percentual de pessoas vivia em áreas consideradas de risco, o que implicou numa ampliação das frentes de trabalho dos serviços sociais regionais, através de Programas Emergenciais de Reassentamento e de Urbanização, agora impregnado do discurso do “direito à cidadania”, tendo em vista a conjuntura diferenciada, de efervescência democrática.

E é assim que, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a política de assistência social passa a ser instituída como integrante da Seguridade Social, implicando em mudanças na condução da mesma, com ressonância direta na forma de execução das diferentes esferas de governo, em especial, a municipal. Isto por que:

(...) o estado brasileiro passa a reconhecer a assistência como parte de um sistema mais amplo de proteção social, de modo que sua articulação com as demais políticas públicas torna-se obrigatória e indispensável, sendo condicionada, mas também condicionando as demais políticas sociais governamentais (BOSCHETTI, 2001, p.49).

Após a vitória de Fernando Collor de Mello, se maximiza o processo de descentralização político-administrativa da área de Assistência, mas isto paralelamente a uma política de terceirização e privatização dos serviços públicos. No mesmo período em que Collor é destituído do governo, assume, no município do Rio, o Prefeito César Maia, que tinha como política de governo levar adiante o processo de descentralização político-administrativa. Ao mesmo tempo, extinguiu-se parte dos serviços sociais então ministrados, com a retórica da contenção de verbas, pulverizando e trazendo um cariz de indefinição aos serviços prestados. Assim, em 1994, após a promulgação da LOAS, na gestão de Wanda Engel, Secretária de Assistência Social do Rio de Janeiro, levou-se à frente o processo de reestruturação com vistas a descentralização. Agora ocorrerá uma reconfiguração, mediante uma divisão entre a SMDS e a Secretaria Municipal de Habitação (ZUCCO, 1997).

A partir daí, se começa a desenhar um esboço de alguns princípios que podem ser vislumbrados no SUAS hoje. Entre eles, a *família* como unidade primordial de atendimento. Assim, o foco da assistência social deslocou-se do território *favela*, para outro delimitador. Contudo, é nítido o reconhecimento, via municipalização, da assistência social como política pública, fora a ampliação dos aparatos institucionais, propiciando a tecnificação dos quadros de recursos humanos, ainda que, inicialmente, numa dimensão limítrofe. É, pois, um momento que pode ser entendido como um marco na forma de condução da política de Assistência no Rio de Janeiro, deixando uma significativa herança no que tange a

programas executados e foco de ações prioritárias. Retratando tal afirmação, destaca-se novamente a assertiva de Fernando Willian, sobre a história da SMDS:

O secretário também destacou várias ações e projetos desenvolvidos pela SMDS que foram transformados em políticas públicas, como a criação da Secretaria Municipal de Habitação, com o Programa Favela Bairro; a criação da Secretaria da Pessoa com Deficiência, em decorrência do trabalho desenvolvido pela Funlar, órgão vinculado antes à SMDS; a criação da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, que concentrou os programas de geração de renda e qualificação profissional; a criação da Secretaria de Vida e Envelhecimento Saudável; a incorporação das creches comunitárias pela Secretaria Municipal de Educação, entre outros (ASFUNRIO, 2009-10, p.5).

Ainda sob a gestão do Prefeito César Maia, com a atuação da Secretária Wanda Engel, por meio da Lei nº 3343, de 28/12/2001, é instituído o Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS). Em seu 1º artigo, delimita que a *centralidade matricial* do mesmo, será exercida pela SMDS e destaca, em parágrafo único: “A função de Agente do Sistema, referido no caput deste artigo caberá aos Assistentes Sociais, servidores municipais”. A partir de então, se clarifica a inclinação política que permeará a proteção social no âmbito local, assim como desvelam-se as expressões mais gerais da ofensiva contra a seguridade social brasileira. As inflexões deste processo sobre a categoria dos assistentes sociais apresentam-se por uma aparente garantia de espaço sócio-profissional, mas que, na verdade, expressam uma restrição ao campo de atuação em nível local.

Constata-se uma ofensiva direta sobre a política de assistência preconizada na LOAS, destacando-se o artigo 2º da Lei nº 3343/2001:

Art. 2º O Sistema Municipal de Assistência Social terá sua estruturação formada em Eixos Estratégicos de Proteção e Promoção Social.  
Entende-se por proteção social as ações diretamente afetadas à Assistência Social na vertente sócio educativa, dirigida aos excluídos das políticas públicas de saúde, educação, trabalho, habitação e outras, desenvolvidas exclusivamente no âmbito da SMDS.

Há, portanto, uma consonância (enquanto expressão particular) entre a política municipal e a política federal, antes mesmo da criação da NOB-SUAS, em 2005. Ao mesmo tempo, a Assistência começa a atravessar todas as outras políticas de proteção social (as quais se apresentam esvaziadas de investimento público), permeada por um universo de ações voltadas ao cidadão-consumidor (tendo em vista a privatização dos serviços sociais lucrativos) e outro universo de proteção, destinado ao pobre assistido. Aqui, se expressa com primazia a assertiva de Mota (2008): a assistência social passa a ser a política central e integradora das demais.

Em 2003, com um novo gestor da Secretaria – assistente social por formação –, potencializam-se os direcionamentos preconizados no governo César Maia. A

SMDS transforma-se em Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Sobre esta mudança, um dos ex-Secretários de assistência social do Rio de Janeiro, Pedro Porfírio, relata:

Na verdade, a crítica é em relação à mudança do conceito. Eu acho que a função da secretaria é dar ferramenta de trabalho para as pessoas, e não apenas dar assistência no sentido compensatório. Discuti muito isso em nível nacional. Infelizmente, o Brasil hoje está criando uma geração de dependentes do Poder Público, quando certo seria dar ferramenta de trabalho, para que as pessoas pudessem alcançar a dignidade a partir do suor dos próprios rostos (ASFUNRIO, 2009, p.5).

O discurso do ex-Secretário recorre a dimensões problemáticas, enraizadas culturalmente na área da assistência, para denunciar uma suposta mudança de conceito da SMDS/SMAS, que apenas potencializou traços preexistentes, talvez sob novas roupagens, com uma diferença: a expressiva tecnificação (profissionalização) da SMAS, por meio da contratação – polêmica e massiva –, via concurso público, de aproximadamente 1000 assistentes sociais. Sobre isto, o então Secretário de Assistência Social, afirma:

Se voltar um pouco atrás de 2003, a gente vai ter a lei aprovada na Câmara dos vereadores que cria o Sistema Municipal de Assistência Social e que enfrentou à época um nó que é nacional, que é a questão dos recursos humanos e a gente conseguiu então avançar profundamente na questão dos recursos humanos e na questão dos pisos e o financiamento. (...) poço afirmar que a cidade de São Paulo, que é um terço maior que a do Rio de Janeiro, tem um número vinte por cento menor de profissionais que a cidade do Rio de Janeiro. Ainda, a maioria das cidades de médio porte, de grande porte e metrópoles não têm servidores concursados e como exemplo, a cidade de São Luiz não tem servidor, Niterói não tem servidor e é um problema que a gente precisa estar enfrentando em nível nacional. Na cidade do Rio de Janeiro, onde havia reuniões sistemáticas e a gente conseguiu enfrentar ali, a partir de 2003 um nó muito grande que é a política de recursos humanos (GARCIA, 2005, p.27).

Tal dado é uma das marcas da gestão Marcelo Garcia, que incidiu diretamente sobre o espaço sócio-ocupacional do assistente social no município do Rio, condicionado pelo SIMAS, em diversificadas dimensões que, no entender de Rodrigues (2009), expressam um processo de *assistencialização do próprio Serviço Social*, que passa a limitar-se a ações de cunho emergencial e fiscalizador, via delimitações institucionais atreladas a uma política maior de governo. Materializa-se, portanto, uma ameaça direta à autonomia profissional, ao reduzir o campo de atuação da profissão a uma área específica: a Assistência. Principalmente, legitima-se formalmente a contra-tendência ao Projeto Ético-Político (PEPSS) desta profissão,



pois, mais do que a limitação de uma profissão a uma área, o que está em jogo são as conquistas sociais plasmadas na Seguridade, expressões de um diferenciado ideário societário que respalda o PEPSS. Contrargumentando, Garcia (2005, p. 34), afirma:

Eu acho que a gente está em um momento muito particular brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado e no Brasil para a gente poder considerar de fato uma política pública de Assistência Social, pública, estatal, em parceria com a rede sócio-assistencial e aqui vai uma fala um pouco corporativa, mas ao mesmo tempo uma fala que para os alunos de Serviço Social e para os próprios assistentes sociais: a área de Assistência não é uma área exclusiva dos assistentes sociais, isso não é, eu tenho certeza, mas nós temos protagonistas, mas nós temos protagonismo na área sim, isso eu tenho certeza.

Desta forma, a polêmica pretensamente superada a partir do Currículo de 1982, que institui a “questão social” como objeto e base da requisição profissional do Serviço Social (a despeito daqueles que reivindicavam a proteção social como delimitadora da ação do assistente social), retorna, alimentando os equívocos expressos no SIMAS. De acordo com Rodrigues (2009), Marcelo Garcia alega que a polêmica que incorre sobre o já citado SIMAS, é oriunda de uma “ficção ideológica”; estimulada por uma *partidarização* entre os defensores da “questão social”, e os defensores da “proteção social”. Ora, o principal eixo de polêmica é que esta concepção tomada pelo Secretário de Assistência Social Marcelo Garcia, não só aprisiona a profissão em uma área, como atua como uma ofensiva direta às conquistas profissionais expressas no PEPSS. Isto porque a garantia dos direitos sociais via políticas sociais faz-se imprescindível como meio para a efetivação deste projeto profissional, em consonância com um projeto societário diferenciado do que está posto; distanciando-se do cunho naturalizador que trabalha com a lógica de implementação desta política como um fim em si.

Ter um assistente social à frente da política de Assistência Social (pela primeira vez em âmbito municipal) propugnando a *proteção social* como eixo estruturador da profissão, fortalece as esferas mais corporativas da profissão. Outrossim, reatualiza seus traços conservadores, que se coadunam com o *status quo*. Esta direção político-profissional clarifica-se no sítio da internet ([www.marcelogarcia.com.br](http://www.marcelogarcia.com.br)), no qual é explicitada a vinculação partidária do então Secretário da Assistência Social com o Partido Democratas – DEM (ex-PFL), o que explica os direcionamentos políticos e econômicos em convergência com aqueles do âmbito do governo federal (PT) em sua gestão:

Em 2006, com muita dor no coração, pedi meu cancelamento de registro no Conselho Regional de Serviço Social. Me auto exilei para que pudesse continuar a colaborar com o Serviço Social de forma ampla, mas sem controle político e sem uma censura preconcebida por origem partidária ou ideológica.

Não sou marxista, não sou bolivariano, não sou ligado à academia, mas sou, antes de tudo, um ser político que defende como poucos a carreira de Serviço social no Brasil. Estou no “exílio” aguardando ventos democráticos e plurais para poder voltar a exercer minha profissão, mas antes de tudo acredito que um profissional deve ser livre sem seu pensar e não pode ser cerceado cotidianamente ([www.marcelogarcia.com.br](http://www.marcelogarcia.com.br))

Segundo entrevista com uma assistente social que acompanhou o processo de transição SMDS/SMAS, a gestão de Marcelo Garcia possui, sim, um projeto pessoal, tendo em vista sua trajetória política anterior, que só foi viável porque se afina com um projeto específico de um determinado partido Apesar de toda força “carismática” e personalista do Secretário, ainda de acordo com a entrevistada, na verdade, o marco da mudança na condução da política de assistência social no município do Rio é a gestão do DEM. Portanto, trata-se do neoliberalismo ressignificando a política de assistência social, na qual, por exemplo, a ideia de controle social associa-se a uma outra, de integração social. Logo, toda esta polêmica incorre sobre as potencialidades do SUAS, que pela primeira vez traz a política de assistência como primordialmente de responsabilidade estatal, ao mesmo tempo em que sua filosofia pode ser entendida como extremamente conservadora.

Se olharmos atentamente os documentos que veiculam esta filosofia ou diretrizes, podemos notar que eles enfatizam a anomia, partindo muito de Robert Castel, da concepção durkheimiana. Se olharmos as diretrizes do SUAS perceberemos que há, ali, um projeto de terceira via – não há como não dizê-lo. A ênfase não é a busca da igualdade, mas da equidade. Em tais diretrizes a família é concebida como célula básica da sociedade – ainda que mais heterogênea. Toda a perspectiva da filosofia do SUAS é de conter a desintegração . E lembremo-nos que a questão da integração social é um problema para a burguesia e não para a classe trabalhadora. (RODRIGUES, 2009, p.28)

Consolida-se, então, uma Secretaria de Assistência Social que deve funcionar baseada no SUAS, o qual, de acordo com Rodrigues (2009), pode ser compreendido tanto como um sistema de grande potencialidade no que diz respeito a materializar a assistência social no Brasil efetivamente como política de Estado ou, por outro viés, transformar-se em uma grande ferramenta gerencial na implementação de uma política social meramente assistencialista.

Marcelo Garcia, na V Conferência Municipal de Assistência Social (V CMAS, 2005), traz interessantes elucidações para o debate sob a ótica governamental. Segundo o então Secretário, a experiência de implementar o SUAS na cidade carioca começou em 2003, por meio da Rede Única de Assistência Social (RUAS), com vistas ao co-financiamento das ações no município pela esfera federal (isto, apesar do SIMAS já trazer, desde 2001, pontos consonantes com a normatização

federal). A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a aprovar a gestão plena da assistência social, e ainda criou equipamentos como a Escola Carioca de Gestores da Assistência Social, a qual visaria acompanhar as práticas profissionais assim como, capacitá-las, através de publicações.

A SMAS, após reestruturação, passou a contar com três subsecretarias: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Subsecretária de Gestão, bem como com uma *Coordenação Geral de Vigilância da Exclusão Social*,<sup>10</sup> que deveria acompanhar os dados de “vulnerabilidade social” no município. Atualmente, a prestação dos serviços à comunidade se dá através de 49 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pulverizados em 10 coordenadorias de assistência social e 07 Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS); isso sem contar com o trabalho da Fundação Municipal Lar São Francisco de Paula (FUNLAR), voltado ao atendimento de pessoas com deficiência. Inegavelmente, a Prefeitura do Rio é detentora do maior aparato institucional na área da assistência social no país. É válido ressaltar que o discurso da SMAS expresso na época, afinava-se com aquele propagado pelo governo federal, que se propõe, prioritariamente, a desenvolver ações de inclusão social e transferência de renda.

No que diz respeito a esta SMAS, verifica-se um rompimento inconcluso com as lógicas anteriores, exceto no que tange à expansão da rede, impulsionada pela NOB-SUAS e a tecnificação da área. Isto porque, apesar de oficialmente ter se avançado com relação ao foco de ação delimitado quase que exclusivamente nas favelas, surgem projetos que ressignificam tal focalização, através do eufemismo “comunidades de baixa renda”, que atendem da mesma maneira as premissas dos organismos multilaterais. No sítio da SMAS ([www.rj.gov.br/smas](http://www.rj.gov.br/smas)) há seis projetos em execução: Escola Carioca de Empreendedores Comunitários (ECEC); Orientação para Integração Econômica (OIE); Fundo Carioca; Comitê do Trabalho Solidário; Selo Empresa Solidária e Rádio Escola. Todos esses projetos convergem ao resgatar um ideário de promoção social via a Teoria do Capital Humano; solidariedade intra-classes; empreendedorismo; estímulo ao terceiro setor (notadamente por meio das Parcerias Público-Privado) e, por fim, capacitações profissionais meramente fictícias. Isto porque se valem do imaginário popular no que concerne a *conter tensões*, através da esperança de que o usuário, então qualificado, torna-se apto a buscar emprego – formas de sobreviver no mercado. Logo, se isso não se materializa, o Estado, após cumprir sua função, não pode mais ser responsabilizado, pois passa a se tratar de um indivíduo “qualificado”, que não foi bom o suficiente diante da competição.

Outra característica interessante dos programas e projetos desenvolvidos durante a gestão de Marcelo Garcia e do Prefeito César Maia, é a nova roupagem

---

<sup>10</sup> O Sistema Municipal de Vigilância da Exclusão (SMVE) foi iniciado em maio de 2004 pela SMAS. Podemos notar no mesmo uma inversão conceitual, já que considera como consequências da vulnerabilidade social: “os altos índices de desemprego, criminalidade e consumo de drogas, povoamento irregular, suscetibilidade a doenças infecto-contagiosas e baixa escolaridade”. Se a vulnerabilidade social tem essas consequências, então, o que causaria a vulnerabilidade? Está implícita, portanto, uma naturalização da sociedade vigente, bem como a reatualização da co-relação: pobreza e classes perigosas.

dada às ações de cunho clientelista, expressas em projetos nos quais a ideia de *marketing* via a área social é clara. Isto tudo permeado por propostas que visam o “desenvolvimento social”, acopladas ao autogerenciamento do indivíduo através do reforço de sua autoestima. Logo, por meio de projetos com nomes apelativos, como: “operação resgate”<sup>11</sup>, materializa-se uma condução da política extremamente paternalista que, economicamente, acaba por incentivar o trabalho informal em detrimento de uma política sistemática de geração de empregos; fato este que expressa o ideário pós-moderno de um possível fim da sociedade salarial, tendo em vista o “esgotamento” desta forma de sociabilidade.

Ainda tratando do uso propagandístico via ações clientelistas, podemos esmiuçar programas que, inegavelmente, trazem total indefinição sobre aquilo que é matéria da assistência social e que, ao observamos sua cronologia, é viável atrelar as potencialidades de impacto social de tais ações ao período final da gestão Marcelo Garcia (2008/2009). Nesta mesma linha, há os seguintes projetos: “Eu não quero Desculpas, eu quero Viver”, e “Eu preciso de você” (abril de 2008). Este último possui um *Disque-Solidão*, no qual, através da *escuta*, assistentes sociais marcariam visitas domiciliares, além de indicar atividades culturais, que privilegiem a “*convivência familiar e comunitária*”! Em artigo para o jornal O Dia, em 15 de maio de 2008, o então secretário de assistência relata:

(...) a equipe de assistentes sociais da Prefeitura do rio percebeu que a solidão de fato é um problema mais concreto e urgente do que pensávamos (...). Algumas atividades são gratuitas, outras pagas. E, a cada mês, teremos programados o baile Xô Solidão. Temos recebido uma média de 50 ligações diárias. As pessoas ligam porque querem uma agenda de atividades. Querem ter amigos, namorar e deixar a solidão de lado (In: Jornal O DIA, 15 de maio de 2008).

Houve, portanto, um o movimento paradoxal que se deu na SMAS do Rio de Janeiro. Isto porque, ao mesmo tempo em que esta foi pioneira no que tange a descentralização dos aparatos administrativos e expansão das unidades de atendimento a população, existe um processo paralelo de desprofissionalização da área da assistência social através de uma maximização da ideologia neoliberal, na forma de implementar as ações, sempre respaldadas no legado clientelístico e conservador da trajetória brasileira da assistência social. Ainda pensando no carro-chefe do programa federal, conectado a transferência direta de renda, vemos então rebater no município do Rio de Janeiro, uma expressão global da política de assistência que, apesar de possuir toda a já citada rede sócioassistencial e serviços sociais a serem prestados e preconizados na NOB-SUAS, pouco avançam. Isto, tendo em vista o grande investimento na transferência de renda através do Bolsa Família, por exemplo, em detrimento da estruturação da rede de serviços. Sobre isto, Marcelo Garcia polemiza:

---

<sup>11</sup> “é uma parceria da Prefeitura do Rio com o Ministério Público, Varas da Infância e Órgãos de Segurança Pública que visa à proteção total de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual”.

(...) uma coisa é o gasto na área social, aí entra tudo, entra bolsa-família, entra BPC, entra renda mensal vitalícia, entra todos os programas de transferência de renda. E outro é o gasto com a política de serviço de Assistência Social. Esse gasto está praticamente inalterado desde 1993, ou seja, desde o governo Itamar Franco não se mexe nesse gasto do Fundo Nacional de Assistência Social. O que vai acontecer? Presta atenção: na hora em que a antiga rede, virar piso de Proteção Básica ou Piso de Proteção Especial, vamos ter pisos pelo Brasil inteiro de forma diferenciada. O piso do Rio não vai ser o Piso do Paraná, enfim, por aí afora. Antes de organizarmos a rede sócio-assistencial, compensa o avanço imediato para 11 milhões de famílias no bolsa-família, já que cabe a essa rede sócio-assistencial todo acompanhamento dessa família? A gente não está avançando demais nas transferências de renda e retardando demais desde 93 a melhoria dos serviços sócio-assistenciais? (GARCIA, 2005, p.30).

Afunilando o debate com relação aos programas de transferência de renda podemos apreender a necessidade apontada por um técnico da SMAS (por meio de entrevistas com os gestores municipais) de se criar uma identidade entre o PBF e a SMAS. Isto, tendo em vista que ainda não há uma relação suficientemente bem estabelecida entre o programa e o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Este fato foi problematizado em nível municipal, ao considerar o legado deixado pelo governo Estadual de Garotinho<sup>12</sup>, via cheque-cidadão, permeado pela tradição da distribuição de cestas básicas no município. Logo, com o novo programa federal e novo governo estadual, a SMAS do Rio de Janeiro transferiu, a partir de março de 2007, aproximadamente, 52.487 beneficiários do Cheque Cidadão para o PBF, processo lento, tendo em vista que: “O cheque cidadão não tinha mecanismos para identificar o perfil das famílias beneficiárias: os critérios de inclusão das famílias estavam ligados ao campo do ‘achismo’ e/ou à simpatia de lideranças religiosas” (SILVA, 2008, p.56). É válido ressaltar que sobre este processo, o autor citado sinaliza o debate municipal acerca do cumprimento de condicionalidades para o acesso ao PBF, que perpassa o entendimento destas, como uma forma de superar o ciclo de pobreza, ou autoritarismo, que descaracterizaria o alcance dos serviços como direito social.

Resta, então, uma questão central: o cumprimento das condicionalidades e toda priorização de atendimento proposta no SUAS ao público-alvo destes benefícios atua como agente legitimador da idéia da assistência social como integradora das demais políticas. Isto porque não se problematiza como esta população chega a estes direitos e a forma como os mesmo são oferecidos (que tipo

---

<sup>12</sup> “O programa Cheque Cidadão foi instituído na gestão do governados Anthony Garotinho (1999-2002) e destinava uma dotação financeira mensal a famílias pobres do estado do Rio, sendo operado por igrejas Evangélicas ligadas ao então governador. Em verdade, o programa constituía-se em importante peça do jogo clientelístico adotado pelo grupo no poder” (SILVA, 2008, p.56).

de serviços são esses? Qual seria sua efetividade?), tendo como foco primordial, a obtenção do benefício e a contrapartida populacional, simplesmente.

Reitera-se a relação *família e comunidade* constantemente sem, contudo, alcançar o papel estatal em meio a esta criação de redes de solidariedade. Redes estas, definidas textualmente a partir do pensamento sistêmico<sup>13</sup> e de um abstrato papel da família<sup>14</sup> na sociedade, acrescidas do já citado “como executar” para as equipes técnicas. Neste manual de “como fazer”, são superdimensionadas as dimensões da *fala* e da *escuta*, acrescidas do respeito à *expressão das subjetividades*.

Em relação ao trabalho em grupo, neste caso com as famílias, existem alguns princípios a serem observados pelo facilitador, no caso o técnico de assistência social, para um bom trabalho participativo. O princípio do empoderamento diz respeito à valorização e utilização da experiência e do conhecimento de cada membro do grupo, bem como o respeito às diferenças e a construção a partir dos pontos em comum. O princípio da segurança fala de um ambiente no qual existam regras de convivência, onde os membros se sintam seguros e confortáveis para fazerem suas colocações no momento e da forma que escolherem, e no qual não haja desvalorização de ninguém nem comentários destrutivos. (...) A acolhida deste cidadão deve favorecer uma escuta empática – no lugar de uma atenção “burocrática” – e a expressão da subjetividade, entendendo essa família a partir da vivência singular e particular de seus membros (ESCOLA CARIOCA, 2006, pp.18 e 22).

Tais direcionamentos governamentais e indicativos sobre autonomia de atuação dos profissionais da área da assistência é cada vez mais afunilado, tendo em vista a ingerência do governo federal através de inúmeras novas resoluções que contêm em seu núcleo duro, potencialidades, mas principalmente perniciosidades. Um exemplo seria a Resolução nº 109, de 11/11/ 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ao mesmo tempo em que falamos de uma maior delimitação daquilo que é de responsabilidade pública, assim como das condições de trabalho aos técnicos, ambiente de utilização para os usuários, vemos amarrarem-se, por exemplo, ações, tipo de dados que devem ser colhidos, quantidade de grupos e horários que devem ser implementados aos diversos públicos. Quando citamos aqui os grupos, fazemos pelo grande destaque que tal forma de trabalho adquire no SUAS; forma de ser esta que porta possibilidades

---

<sup>13</sup>O pensamento sistêmico representa um novo paradigma, no qual a visão de que os problemas são de ordem sistêmica e, portanto, interligados e interdependentes, traz um novo olhar que privilegia a dimensão holística, o todo. Em consequência dessa nova forma de compreensão, o paradigma sistêmico, há também uma nova forma de elaboração e proposição de soluções” (ESCOLA CARIOCA, 2006, p.11).

<sup>14</sup> (...) “observa-se uma fragilidade da família para cumprir seu papel no âmbito da regulação e reprodução social, funcionando como suporte material de integração social, na qual os indivíduos podem encontrar refúgio para as situações de exclusão [Pereira, 1994]” (ESCOLA CARIOCA, 2006, p.11).

inclusive ao controle social das ações, mas que se condicionadas aos elementos “fala/escuta”, ganha um cariz esvaziado no que diz respeito ao seu potencial organizativo e político. Para melhor elucidar tal questão, trazemos a narrativa de uma assistente social da SMAS, atuante num CRAS, expressa no Jornal ASFUNRIO (2009-10).

A profissional relata que, através de observações aos grupos de famílias atendidas nos CRAS, cujo objetivo principal era a troca de experiências, ela pode perceber que estes pareciam paralisar-se diante dos “problemas de suas vidas”, como desemprego, violência, abandono. A angústia da técnica era entender porque esses usuários não respondiam às ações desenvolvidas; mantinham-se quase como acomodados em seu lugar de assistido. Logo, a técnica pôde concluir que, apesar das pessoas aspirarem uma vida melhor, as privações econômicas incidiam sobre a autoestima dos usuários, paralisando-os. Assim, respaldado nos marcos legais e possibilidades dadas no SUAS, o profissional de Serviço Social deve *empoderar* estas famílias. Precisa conhecer a história de vida pessoal, entender o significado desta família, a partir da “representação dos sujeitos sociais”. Logo, faz-se necessário estimular a *resiliência* desses cidadãos, fazer essa família acreditar que tem possibilidades e recursos para superar sua *crise pessoal*. Ainda de acordo com a técnica:

Empoderar a família é uma maneira de obter respostas e promover a família. Centrar nosso olhar no desenvolvimento de competência se converte na possibilidade de descoberta da resiliência. Incentivar e trabalhar com as possibilidades, forças, habilidades, soluções e criatividade é uma técnica eficaz de trabalho com as famílias. Isto é fazer com que as famílias sejam protagonistas de sua própria história (ASFUNRIO, 2009-10, p.2)

É evidente este momento está permeado por significativas confusões políticas e ideológicas que, através de conceitos cuja máscara é progressista (como o protagonismo das famílias), podem estar sofrendo mutações de cunho conservador. Assim, o foco na família, que poderia representar o fim da atuação sob uma lógica fragmentária, acaba por limitar-se a naturalização da mesma como núcleo básico de proteção social; isto, a partir de um viés a-histórico, relativista, no qual o respeito às singularidades implica na reatualização de práticas tuteladoras e culpabilizadoras.

Fica então patente que o conservadorismo está presente em práticas que parecem inovadoras, mas correspondem a um entendimento estático da vida social e da ênfase no indivíduo, que resultam na naturalização desta sociedade, assim como na moralização da “questão social”; o que podemos identificar de imediato na configuração das atuais políticas da área da assistência. Para Iamamoto (2009), a “questão social” não se identifica de forma extenuada com “problema social e nem com exclusão social”. Ainda: o assistente social não trabalha com fragmentos da “questão social”, mas sim com indivíduos que condensam em sua sociabilidade

expressões universais e particulares das relações de classe. Logo, aprisionar a ação ao universo intrafamiliar, reatualizaria a dicotomia homem-meio.

## VI

O Serviço Social atua diretamente sobre as mazelas da contradição capital/trabalho e suas diferenciadas formas de manifestação na sociedade, fato este que consiste na conformação da gênese profissional, diretamente vinculada a esta ordem societária. Logo, a “questão social” é o núcleo duro, razão de ser e “objeto” propulsor da trajetória profissional dos assistentes sociais.

Na atualidade, as novas formas de enfrentamento da “questão social” vêm influenciando a prática profissional do Serviço Social, bem como a tradição progressista desta profissão, que se vê na contracorrente de uma realidade propícia a amálgamas políticos e ideológicos. Direitos conquistados transmutam-se à condição de benefícios, e a luta de classes torna-se fator de menor expressão frente à construção de uma cultura a-classista e a-histórica que implica, diretamente, na naturalização da “questão social”.

Em meio a esta realidade, esvazia-se o legado progressista que resultou na Constituição Federal de 1988 e, conseqüentemente, os direitos sociais impressos na Seguridade Social brasileira. As políticas sociais são reorientadas a uma lógica solidarista, autoimplicada na esteira da contrarreforma do Estado brasileiro, o que pode significar para o Serviço Social, em específico, a criação de um verdadeiro *exército assistencial de reserva* (IAMAMOTO, 2008). Isto porque as políticas sociais – que perdem, cada vez mais, seu caráter universal – restringem-se a uma dimensão emergencial e focalista, abrindo espaço para trato das expressões da questão social via voluntariado.

Diante da expressão particular que é o caso da política pública de Assistência Social e a forma como a mesma incide sobre o espaço sócio-ocupacional do assistente social no município do Rio de Janeiro, pode-se afirmar que, apesar de o Serviço Social contar com indicativos de um possível retrocesso no *ethos* profissional, o mesmo só ganhará meios concretos de sustentação se perder de vista a capacidade da profissão em dar respostas técnico-operativas e político-intelectuais, eficientes, contra as formas alienantes de embate às mazelas oriundas da “questão social”. Do contrário, a compreensão das políticas sociais como meio efetivo para a garantia de direitos – que contribuiriam para a construção de outra forma de sociabilidade – encontra-se completamente debilitada.

Texto recebido em junho de 2010.  
Aprovado para publicação em agosto de 2010.



### **Sobre a Autora**

**Karla Fernanda Valle** é Mestre em Serviço Social pela UFRJ, assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Niterói e Professora do Curso de Serviço Social da Uniabeu. E-mail [karlafvalle@gmail.com](mailto:karlafvalle@gmail.com)

### **REFERÊNCIAS**

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Brasília: CESST/SER/UNB, nov. 2001.

BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez: 2008.

COUTINHO, Carlos Neson. **Intervenções: O Marxismo na Batalha das Idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contra a Corrente** – ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia no Brasil**. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 17. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1979.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GARCIA, Marcelo. In: V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (V CMAS). **Anais**. 29 e 30 de agosto de 2005. Realizada na UVA – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, R. & FILGUEIRAS, L. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna** – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ética, 1995.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana E. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. Biblioteca básica de Serviço Social, vol. 1. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. O Momento Lênin. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 2006.

PASTORINI, A. & GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. In: **Revista Praia Vermelha**, nº 15, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. pp. 72-103.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**: perspectivas em 1977. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAICHELLIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Mavi. Assistência Social. In: **Revista Em Foco**, nº 5, Rio de Janeiro: CRESS, Mar. 2009.

SOUSA, José Nilton de. A Exclusão pela Urbanização – favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro. In: **GEOgraphia** Ano V, nº 10, Rio de Janeiro: UFF, 2003.

ZUCCO, Luciana. **Municipalização da Política de Assistência Social do Rio de Janeiro: O Caso da SMDS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.

#### **Revistas, Jornais e Periódicos:**

**ASFUNRIO**, Jornal. Os 30 anos de Existência da SMDS. Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010.

Jornal **O DIA**, 15 de maio de 2008. Coluna 10 Opinião.

#### **Sítios Utilizados:**

[www.rj.rio.gov/smas](http://www.rj.rio.gov/smas)

[www.marcelogarcia.com.br](http://www.marcelogarcia.com.br)